



Para uma Epigrafia do Quotidiano

José D'Encarnação | CEAACP | Universidade de Coimbra

Detém inteira razão o Doutor Jorge Alarcão: o facto de ter promovido a Epigrafia a cadeira anual e haver, assim, proporcionado ao docente a possibilidade de, sem pressas, fornecer aos estudantes os rudimentos básicos e, sobretudo, adestrá-los na prática contribuiu eficazmente para o lugar que a disciplina passou a ter no currículo de Arqueologia.

Estava-se, na verdade, perante uma atitude revolucionária a nível curricular, na medida em que, até aí, a Epigrafia andava reduzida a um semestre lectivo, que, como se sabe, acaba por não ser muito mais do que três meses... Difícil se tornava, pois, interessar os alunos, tanto mais que, integrada no Curso de Arqueologia, tratava de inscrições em Latim e essa língua já não figurava nos programas do Ensino Secundário. Havia que explicar os seus rudimentos também.

Creio, todavia, que a pesquisa «em que caso está a palavra?» acabou por funcionar em jeito de estimulante quebra-cabeças a resolver.

Se a Arqueologia já, de per si, se encontra envolvida num halo de mistério a desvendar, à moda do Indiana Jones, a Epigrafia quase funcionava como partida de xadrez com toda a sua envolvência quase detectivesca: «O que é que estes nos quiseram transmitir?».

Por conseguinte, com tempo para, na sala de aula, deixar o estudante descobrir por si e ter, desta forma, a alegria da descoberta dum enigma, nem se tornou difícil suscitar entusiasmo. O não haver pressa em cumprir um programa. O deixar espaço para a iniciativa individual.

Outro factor não foi de somenos – e o Doutor Jorge Alarcão o frisou oportunamente: a disciplina nunca havia sido entregue a alguém que desejasse fazer carreira como epigrafista. Portanto, ao entusiasmo dos estudantes se ajuntou o entusiasmo do docente.

Por conseguinte, o lugar secundário atribuído até então à disciplina acabara por deixar campo livre para a investigação. Ou seja, para a procura de epígrafes, atitude não especialmente cultivada antes. E surgiu a necessidade de trabalhos práticos, de preferência sobre inscrições inéditas, desconhecidas!

Partiram os estudantes à descoberta. Os resultados não se fizeram esperar, porque, na verdade, inscrições romanas havia-as aqui e acolá, reaproveitadas como peitoril de janela (Fig. 1), como pilar do portão duma propriedade, como pia de água duma capela, a servir de coluna num alpendre rural...



Fig. 1 - Uma estela romana a servir de peitoril!

Boa sementeira depressa se fez e, claro, as novidades não poderiam ficar na gaveta! Como sublinhou o Doutor Jorge Alarcão, a revista *Conimbriga* prontamente aceitou a sua publicação (vejam-se os números de 1976 a 1989). A «enchente», porém, foi de tal ordem e a necessidade de dar prontamente a conhecer o que se encontrara não se compadecia com demoras. Criou-se, por isso, o *Ficheiro Epigráfico*, uma ideia preconizada pela então docente de Epigrafia de Lisboa, Dra. Manuela Alves Dias, aceite sem tergiversar pelo Doutor Alarcão e pelo docente, que – com Manuela Alves Dias – ficou responsável por esse suplemento de *Conimbriga*. Saiu em 1982 o seu primeiro número.

Importa esclarecer que os responsáveis pelo *Ficheiro Epigráfico* sempre têm pugnado (e pugnarão até isso ser possível...) por manter a publicação como suplemento duma revista altamente credenciada e inscrita em todas as plataformas hoje artificialmente exigidas para dar credibilidade ao seu conteúdo. Tal opção permitiu que, neste ano de 2021, já se tenham publicado, até final de Outubro, 210 números de 16 páginas cada, num total superior a 781 inscrições inéditas dadas a conhecer, só do território da Península Ibérica, mormente da sua zona ocidental! Dai, por exemplo, que em 2020 se hajam publicado nada menos do que 11 (onze!) números, quase, portanto, à média de um por mês!

Perguntar-se-á: e não há avaliação prévia? Há. Não em obediência aos cânones artificialmente estipulados, mas através da cuidada leitura do que vai ser publicado, em plena liberdade de opinião, porque, de dez em dez números, há a secção *adenda et corrigenda*, aberta a quantos queiram dar a sua contribuição, fazer a sua crítica ao que foi publicado, manifestar a sua opinião. Uma avaliação *a posteriori*, diferente da «censura prévia». E não nos temos dado mal, atendendo, inclusive, ao

volume de textos que sempre há em carteira, a aguardar a disponibilidade do Dr. José Luís Madeira, que mui diligentemente colabora, uma colaboração deveras imprescindível na edição.

Foram os estudantes incitados a não deixarem que a vida passasse por eles e serem eles próprios a comandá-la. A olharem com olhos de ver para o que os rodeava. Aliás, não tinha que ser essa a missão do arqueólogo: dar a maior atenção ao pormenor, ao que lhe aparece e como no decorrer duma escavação? Que uma telha é uma telha, sim, mas importa verificar como é que ela está quando a descobrimos: se direita, inclinada, partida, com vestígios de combustão...

Assim, um pedaço de mármore aparentemente trabalhado em zona onde o granito predomina deve chamar a atenção. Não tem letreiro à vista? E se o tiver do outro lado? Há que dar-lhe a volta!

Recordo, a este propósito, que foi essa a atitude de Catarina Quinteira, ao dirigir as sondagens arqueológicas prévias a uma obra em Lisboa. Deparou-se-lhe uma «pedra» de apreciáveis dimensões. Lisa (Fig. 2). Causou-lhe espécie. Mandou que lhe dessem a volta. Era o pedestal epigrafado duma estátua ao imperador Augusto, já conhecido desde o século XVI; procurado na 2ª metade do século XIX, não fora identificado. E continuava, afinal, agora enterrado, onde primeiramente fora visto. Não saíra de lá. Agora saiu para o Museu Nacional de Arqueologia, onde se mostra como importante documento da história romana de *Olisipo* (Fig. 3).

¹ QUINTEIRA (Catarina) e ENCARNAÇÃO (José d'), «CIL II 182, de Olisipo», *Conimbriga* XLVIII 2009 181-187. <http://hdl.handle.net/10316/13088>



Fig. 2 - O pedestal a Augusto no momento da descoberta.

Fig. 3 - A inscrição do pedestal a Augusto.

O veículo assim posto em andamento não dá, felizmente, mostras de querer parar e – voltando de novo ao testemunho do Doutor Jorge Alarcão – desta forma se tem enriquecido substancialmente o corpus epigráfico romano da Lusitânia.

Faltava, porventura, um elo nesta cadeia. A Epigrafia apresentava-se, firme, como ciência imprescindível para os estudos históricos em todas as épocas. A comunidade académica e científica já estava disso bem consciente. E a comunidade em geral?



Fig. 4

Importava, pois, saltar da cátedra para a rua. Perguntar, por exemplo, porque é que esta rua tem este nome e não outro? E quando a baptizaram assim? Porque é que os responsáveis por Angra do Heroísmo, aquando da reconstrução da cidade após o terramoto de 1980, optaram por dar a esta rua o nome de RUA D'AGOA, escrito à antiga, em azulejo apenas enchacotado? (Fig. 4). Porque é que, hoje, até encontramos ruas com dois nomes, o antigo e o actual? Cá está a tal atenção ao quotidiano a que atrás se fazia referência. A necessidade de lutar contra a passividade geral. De resto, o crescente interesse pelo Património Cultural não vai deixar de parte esses letreiros

com que diariamente topamos a cada passada que damos. Nessa luta estamos. Não ficamos indiferentes às frases gravadas nos para-choques dos camionistas brasileiros². Queremos desvendar o significado dos grafitos...

Não é, por consequência, sem uma pontinha de orgulho que nos agrada a série de textos em publicação no *Diário do Alentejo* sobre relevantes inscrições mandadas gravar pelos habitantes da *Colonia Pax Iulia*. E explicamos porquê: é que, até agora, descrevíamos os monumentos e interpretávamos a sua mensagem – e quedávamo-nos satisfeitos. Contudo, outra pergunta ficava no ar: para onde é que esses monumentos foram pensados? Que outros factores podem enriquecer, do ponto de vista histórico, a mera mensagem escrita? Ousámos enfrentar a polémica, porque, curiosamente, epígrafes conhecidas de há muito, quando desse prisma as quisemos analisar agora, acabaram por suscitar opiniões diversas – o que, naturalmente, novo enriquecimento traz à investigação histórica. Esta recordação dum filho pela mãe, sob a veste de dedicatória a uma divindade, era para ser colocada numa necrópole ou no fórum da cidade?³ E este pedestal não é mesmo duma estátua equestre? (Fig. 5). Por aí se caminha agora.

² ALMEIDA (Mauro de), *Filosofia dos Para-choques*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife (Pernambuco), 1963.

³ ENCARNAÇÃO (José d'), «A sábia esperteza daquela matrona pacense», *Diário do Alentejo* (Beja), nº 2055, 11-09-2021, p.13. <http://hdl.handle.net/10316/95720>



Fig. 5 - A encenação criada por J. L. Madeira para o pedestal duma estátua equestre de *Pax Iulia*.

Consulte o site

<http://ceaacp.uc.pt/>

para mais informação sobre as atividades do CEAACP

